

# **Análise da alimentação escolar em Passo Fundo (RS) na perspectiva dos atores sociais locais<sup>1</sup>**

## **School feeding analysis in Passo Fundo (RS) from the perspective of local social actors**

**Indaia Dias Lopes**

Doutoranda em História no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (PPGH/UPF); Bolsista Prosuc/Capes; Membro efetivo do Conselho Editorial da Revista Semina (ISSN: 1677-1001); Mestra em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (PPGDR/Unijuí); Economista (UFSM).

**Resumo:** Este artigo busca discutir sobre a percepção dos atores sociais envolvidos com a operacionalização do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) das escolas públicas do município de Passo Fundo (RS) acerca da alimentação recebida em suas escolas. O recorte temporal inicia a partir da implementação da Lei nº 11.947/2009, a qual priorizou o agricultor familiar enquanto fornecedor da alimentação escolar, terminando em 2017. Trata-se de

**Abstract:** This article aims to discuss the perception of social actors involved with the operationalization of the National School Meals Program (PNAE) of public schools in the city of Passo Fundo (RS) about the food received in their schools. The time frame starts from the implementation of Law nº 11.947/2009, which prioritized the family farmer as a school food supplier, ending in 2017. This is a descriptive research, with qualitative approach of data collected

---

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Registro meus agradecimentos ao professor Doutor David Basso e a Doutoranda Juliana da Fonseca Capssa Lima Sausen, pelas contribuições para a primeira versão deste estudo, isentando-os da responsabilidade por esta versão final.

uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa dos dados coletados por meio de entrevistas, observação não-participante e revisão bibliográfica. Nas escolas estaduais a alimentação escolar é bastante valorizada pelos alunos, a aceitabilidade em relação aos alimentos oferecidos é boa, porém não existe um trabalho de educação alimentar sendo desenvolvido. Já nas escolas municipais, a alimentação escolar é bastante valorizada pelos alunos, são oferecidos alimentos variados e existe um trabalho de educação alimentar sendo desenvolvido de forma a contemplar não apenas os alunos, mas também que a conscientização de uma alimentação saudável perpassa suas famílias. A gestão centralizada em Passo Fundo consegue agregar esforços resultando em melhores resultados, principalmente para os alunos, possibilitando uma melhoria em seus hábitos alimentares.

**Palavras-chave:** Alimentação escolar. Agri-cultura familiar. Escolas públicas.

through interviews, non-participant observation and literature review. In state schools school feeding is highly valued by students, the acceptability in relation to the food offered is good, but there is no food education work being developed. In municipal schools, school meals are highly valued by students, varied foods are offered and there is a work of food education being developed in order to contemplate not only students, but also that the awareness of healthy eating goes beyond their families. Centralized management in Passo Fundo can aggregate efforts resulting in better results, especially for students, enabling an improvement in their eating habits.

**Keywords:** School Feeding. Family Farming. Public Schools.

## Introdução

No período escolar os alunos estão conhecendo alimentos novos e em contato com um ambiente que pode propiciar o acesso a uma alimentação mais saudável, ou, de forma oposta, ao estímulo de hábitos não saudáveis. É nesta etapa da vida que surgem as preferências alimentares e também as aversões a alguns alimentos e estas situações sofrem influência do comportamento familiar, social, cultural e do ambiente escolar, onde o aluno passa boa parte de seu tempo (BORGES; FELDENHEIMER DA SILVA, 2016).

Aproximadamente 386 milhões de jovens em todo o mundo são beneficiados com programas de alimentação escolar e esses programas auxiliam na permanência dos alunos nas escolas e contribuem para a saúde e nutrição destes jovens (ONUBR, 2016a). No tocante a políticas de alimentação voltadas para o público escolar, o Brasil possui o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Este programa, que possui mais de sessenta anos de existência, é considerado um dos maiores programas de alimentação escolar em escala mundial, possuindo caráter universal

e gratuito, sendo suplementar à educação e contribuindo positivamente para a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos (PEIXINHO, 2016).

No ano de 2009 foi implementada a Lei nº 11.947, regulamentando que as compras dos gêneros alimentícios para o PNAE poderiam ser realizadas por meio de um processo simplificado, que são as Chamadas Públicas (FNDE, 2016b), permitindo que o processo licitatório fosse dispensado. Tal legislação favoreceu a conexão entre agricultura familiar e a alimentação escolar e também propiciou a construção de novos mercados, pautados nos conceitos de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) (FAO; OPAS, 2017).

Conforme Szinwelski e Teo (2016), quando a alimentação escolar foi instituída no Brasil, os principais problemas estavam relacionados à desnutrição e ao baixo desempenho escolar, porém a preocupação do período mais recente está associada em boa parte ao sobrepeso e à obesidade, mesmo considerando que ainda existe uma parcela significativa da população com acesso insuficiente à alimentação. Pauli *et al.* (2017) destacam que os programas de alimentação escolar tendem a minimizar os efeitos provocados pela propensão ao consumo de produtos industrializados, pois estes programas oferecem em seus cardápios produtos *in natura* e estimulam sistemas de produção tradicionais.

Neste contexto, o presente artigo tem como objetivo discorrer sobre a percepção dos atores sociais das escolas públicas do município de Passo Fundo, localizado no estado do Rio Grande do Sul (RS), acerca da alimentação recebida no ambiente escolar.

Destaca-se que o município de Passo Fundo, objeto deste estudo, possui 109 escolas públicas, com aproximadamente 33 mil alunos matriculados (FNDE, 2017b), constituindo-se em um importante *lócus* de pesquisa. Assim, este artigo visa contribuir com a literatura analisando a percepção dos usuários da alimentação escolar local a partir da Lei nº 11.947/2009 que trouxe muitos avanços e desafios para este programa.

## **O funcionamento do Programa de Alimentação Escolar (PAE) brasileiro**

O PAE brasileiro teve origem no início da década de 1940, em um cenário onde o Instituto de Nutrição defendia a ideia de que a alimentação escolar deveria ser financiada pelo governo federal (FNDE, 2016a). Na década de 1950, foi elaborado um plano denominado Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição

no Brasil, sendo abordada pela primeira vez a alimentação escolar em âmbito nacional sob responsabilidade pública (FNDE, 2016a). O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foi criado no ano de 1954 pelo Ministério da Saúde, sendo formalizado no ano posterior pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC). Naquele período o objetivo era diminuir a desnutrição escolar e também melhorar os hábitos alimentares dos escolares (SOUZA-ESQUERDO; BERGAMASCO; ANDRADE, 2014).

Desde a criação do programa até o ano de 1993, a execução era realizada de forma centralizada e os gêneros alimentícios eram adquiridos via licitação (Lei nº 8.666/1993). A descentralização ocorreu em 1994, por meio da Lei nº 8.913, sendo celebrados convênios com os municípios e com o envolvimento da Secretaria de Educação dos estados e do Distrito Federal, repassando a estas a competência para atender os alunos de suas redes e das redes municipais das prefeituras que não haviam aderido à descentralização (FNDE, 2016a).

Conforme Triches e Kilian (2016), ocorreram muitas mudanças e adaptações no decorrer do desenvolvimento histórico do PNAE, com destaque importante para a Lei nº 11.947/2009 a qual, em seu artigo 14, apoia o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar e estabelece um percentual mínimo em compras desta categoria social.

O PNAE é um programa que tem por objetivo, de forma complementar, a transferência de recursos financeiros pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios, com o objetivo de suprir, de forma parcial, as necessidades dos alunos. Assim, os beneficiários do PNAE são educandos: a) da educação infantil, incluindo as creches e pré-escolas; b) do ensino fundamental; c) da educação indígena; d) das áreas remanescentes dos quilombos; e) da educação especial; f) matriculados em escolas públicas dos estados, do DF e dos municípios, ou em estabelecimentos mantidos pela União; e, g) das escolas filantrópicas (BUENO; LOURENZANI; PEREIRA, 2015).

De acordo com o FNDE (2016a), o número de beneficiários é calculado tendo como base o Censo Escolar, que é realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no ano anterior ao do atendimento.

O PNAE possui uma coordenação centralizada no FNDE, que faz a gestão do programa em âmbito nacional, mas sua execução é descentralizada por meio das Entidades Executoras (EEx), que inclui os estados e o Distrito Federal, os municípios e as escolas federais de educação básica (BRASIL, 2009; FNDE, 2013).

Conforme Peixinho *et al.* (2011), os recursos para o PNAE têm origem no Tesouro Nacional e são assegurados no Orçamento Federal. A autora ressalta,

no entanto, que este programa possui caráter complementar, tendo os Estados e Municípios a responsabilidade pela alimentação escolar dos alunos de suas respectivas redes públicas de ensino. A complementação dos Estados e Municípios pode variar de uma localidade para outra, ou mesmo não ocorrer em alguns locais.

O valor *per capita* transferido pelo FNDE às Entidades Executoras (EEx) varia conforme a modalidade de ensino e contempla 200 dias letivos por ano, levando em consideração o número de alunos matriculados conforme o Censo Escolar do ano anterior ao recebimento. No Quadro 1 apresenta-se o valor *per capita* por dia letivo transferido pelo FNDE às EEx.

Modalidade de ensino	Valor (R\$) <i>per capita</i>
Creches	1,07
Pré-escola	0,53
Escolas localizadas em áreas indígenas ou de quilombolas	0,64
Ensino fundamental e médio	0,36
Educação de Jovens e Adultos (EJA)	0,32
Ensino integral	1,07
Alunos do Programa Mais Educação	1,07
Alunos que frequentam o atendimento especializado no contraturno	0,53

Quadro 1 – Valor *per capita* por dia letivo transferido pelo FNDE às EEx de acordo com a modalidade de ensino. Fonte: FNDE (2017a).

O cálculo do valor total a ser repassado pelo FNDE às EEx para a compra de gêneros alimentícios para o PNAE é realizado utilizando-se a fórmula apresentada na Figura 1.

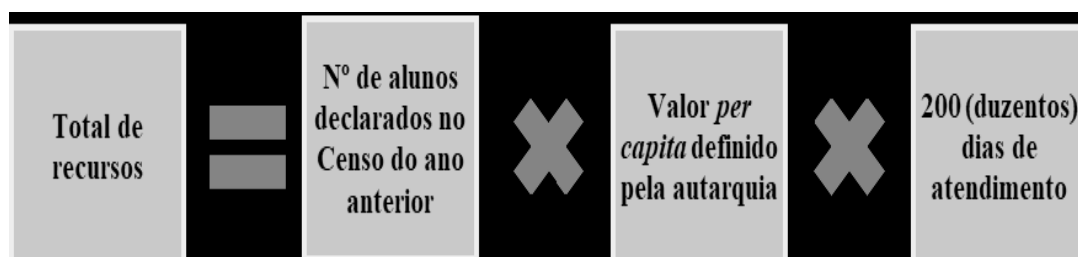


Figura 1 – Fórmula para o cálculo do total de recursos transferido do FNDE às EEx

Fonte: FNDE (2015).

Os recursos são transferidos pelo FNDE às EEx em dez parcelas mensais (de fevereiro a novembro) e podem ser utilizados somente para a compra de gêneros alimentícios que serão utilizados no preparo da alimentação escolar (FNDE, 2015).

Com relação às modalidades de gestão do PNAE, o Governo Federal, por meio do FNDE, transfere os recursos da alimentação escolar às EEx, e estas são responsáveis por definir a forma de gestão. A gestão do PNAE pode ser feita de três formas (TCU, 2017):

1. **Centralizada:** nesta modalidade, a EEx realiza as compras e faz a distribuição dos alimentos para as escolas, esse é o modelo mais adotado nas cidades brasileiras e para as escolas municipais de Passo Fundo;
2. **Semidescentralizada:** neste caso, a EEx faz as compras de alguns gêneros alimentícios, distribui para as escolas e repassa parte do recurso financeiro para que as escolas façam a aquisição dos outros tipos de alimentos;
3. **Descentralizada ou escolarizada:** nesta situação, a EEx recebe do FNDE os recursos e os repassa integralmente às escolas para que estas façam as aquisições dos produtos para a alimentação escolar. Este modelo escolarizado é bastante utilizado nas escolas das redes estaduais e é utilizado nas escolas estaduais de Passo Fundo.

O PNAE brasileiro é um programa considerado em nível mundial como um caso de sucesso de programa de alimentação escolar sustentável e, em função disso, o governo brasileiro possui acordos internacionais com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e com o Programa Mundial de Alimentos (PMA) que têm como objetivo apoiar o desenvolvimento de programas de alimentação escolar sustentáveis em países da América Latina, Caribe, África e Ásia, sob os princípios da segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada (FNDE, 2016a).

## **A alimentação escolar a partir da Lei nº 11.947/2009**

Por meio da oferta de alimentos e de ações de educação alimentar e nutricional, o PNAE auxilia no desenvolvimento, no crescimento, na aprendizagem, no desempenho dos alunos e contribui para a formação de hábitos alimentares saudáveis (FNDE, 2015). Além disso, segundo Jim Harvey, chefe de Gabinete do PMA, para cada dólar que é investido em programas de alimentação escolar, o retorno médio é de cinco dólares (ONUBR, 2016b), evidenciando a importância destes programas para a sociedade.

A Lei nº 11.947/2009 instituiu seis diretrizes para a execução do PNAE, conforme pode-se visualizar no Quadro 2.

<b>Alimentação Saudável e Adequada</b>	Orienta para o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica.
<b>Educação Alimentar e Nutricional</b>	Fomenta a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional.
<b>Universalização</b>	Atende a todos os alunos matriculados na rede pública de educação básica.
<b>Participação Social</b>	Favorece o acompanhamento e o controle da execução por meio da participação da comunidade no controle social, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE).
<b>Desenvolvimento Sustentável</b>	Incentiva a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos.
<b>Direito à Alimentação Escolar</b>	Garante a segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontram em vulnerabilidade social.

Quadro 2 – Diretrizes do PNAE. Fonte: FNDE (2015).

A referida legislação favoreceu a conexão entre agricultura familiar e a alimentação escolar e também propiciou a construção de novos mercados, pautados nos conceitos de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). A perspectiva da SAN tem entre seus objetivos: propiciar o acesso aos alimentos e também questionar o padrão alimentar, recomendar formas mais igualitárias e sustentáveis de produção e comercialização de alimentos, bem como renovar as ações que têm como foco a população em situação de vulnerabilidade ou com requisitos alimentares específicos (MALUF, 2007). Estes três pontos de ação fazem com que a busca de SAN seja considerada como “um parâmetro para as estratégias de desenvolvimento de um país, como também o são o desenvolvimento sustentável e a equidade social” (MALUF, 2007, p. 25).

O Brasil foi o primeiro país da América Latina que estabeleceu uma legislação regulamentando que uma porcentagem dos produtos para a alimentação escolar deveria ter origem em produtos da agricultura familiar (FAO; OPAS, 2017). Dentre as ações realizadas pelo governo brasileiro com a política de SAN destaca-se a revisão dos programas públicos de alimentação, como o PNAE (TRICHES, 2015). Conforme o parágrafo 2º da resolução nº 15, de 16 de junho de 2003, a segurança alimentar passou a figurar entre os objetivos da alimentação escolar. Um dos objetivos do Programa é suprir parcialmente as necessidades nutricionais

dos alunos, buscando garantir a implantação da política de Segurança Alimentar contribuindo para a formação de bons hábitos alimentares, conforme institui as diretrizes elencadas no Quadro 2.

## **Delineamentos metodológicos**

Este estudo insere-se na perspectiva da História do Tempo Presente, visto que se constitui em um fenômeno contemporâneo, onde o período de análise inicia no ano de 2009, quando foi implementada a Lei nº 11.947 incluindo o agricultor familiar como fornecedor do PNAE, e estende-se até 2017, ano em que a pesquisa de campo foi realizada no município de Passo Fundo (LOPES, 2018). Segundo Delgado e Ferreira (2013, p. 23-24), a história do tempo presente “tem no recorte temporal da contemporaneidade a sua marca”.

Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, de natureza descritiva, tendo em vista que busca descrever as características de determinada população, neste caso os usuários do PNAE em Passo Fundo, e estabelecer relações entre variáveis (GIL, 2016).

O município de Passo Fundo, localizado no estado do Rio Grande do Sul, possui 109 escolas públicas, sendo 39 escolas estaduais e 70 escolas municipais. As entrevistas e as observações foram realizadas em 11 escolas estaduais e em cinco escolas municipais. Justifica-se que a opção em selecionar um número maior de escolas estaduais para a realização das entrevistas está relacionada à forma de gestão neste âmbito, pois nas escolas estaduais a gestão do PNAE é descentralizada, ou seja, cada escola recebe os recursos e tem que desenvolver todas as atividades necessárias para que a merenda seja oferecida aos seus alunos, podendo ser observadas distintas realidades neste nível. Já nas escolas municipais a gestão do PNAE é centralizada na prefeitura municipal. Assim, a realidade das escolas deste nível é semelhante, pois a gestão do programa, envolvendo a elaboração dos cardápios, a gestão financeira relacionada à condução dos processos de chamadas públicas e aquisição dos alimentos da agricultura familiar, bem como dos processos de licitação para a compra dos demais tipos de alimentos, é conduzida pela Secretaria Municipal de Educação. As escolas se envolvem apenas com o preparo e a oferta da alimentação aos seus educandos.

Os atores sociais ou sujeitos da pesquisa foram: a) diretoras e vice-diretoras de escola; b) merendeiras; e c) alunos das escolas públicas (estaduais e municipais) de Passo Fundo, estes com idades entre 10 e 18 anos, cursando o ensino fundamental ou médio. Ao total foram entrevistados 30 informantes-chave. Destaca-se que foram



utilizados nomes fictícios para representar estes indivíduos, buscando preservar a identidade dos informantes-chave entrevistados.

A técnica de coleta de dados foi a entrevista, por meio de um questionário semiestruturado, com questões fechadas e abertas. Também foram coletados dados por meio da observação não-participante, neste caso com os alunos da educação infantil, com idades entre dois e seis anos, cujos dados da pesquisa foram registrados no caderno de campo. As entrevistas e as observações ocorreram nas escolas, nos horários da alimentação escolar. Os participantes foram selecionados aleatoriamente pela técnica bola de neve (*snowball*), onde o número de entrevistados foi determinado pela saturação dos dados. Conforme Baldin e Munhoz (2011), a técnica bola de neve é um tipo de amostra não probabilística utilizada nas pesquisas sociais em que os sujeitos da pesquisa entrevistados inicialmente indicam outros até que os mesmos passam a repetir os conteúdos das entrevistas já realizadas, de forma que a continuidade não iria acrescentar mais informações relevantes.

A análise dos dados foi realizada por meio da metodologia Análise de Situações de Desenvolvimento (ASD), a qual tem como base as pesquisas de Silva Neto (2007) e Basso (2012), que, por sua vez, apoiam-se epistemologicamente nas contribuições do realismo crítico de Bhaskar (2008) e no materialismo histórico e dialético (SILVA NETO, 2016) e operacionalmente na Análise-Diagnóstico de Sistemas Agrários (DUFUMIER, 2007; MAZOYER & ROUDART, 2010, SILVA NETO; BASSO, 2015).

Segundo Basso (2012), esta metodologia de análise surgiu a partir do método de estudos denominado “Análise-Diagnóstico de Sistemas Agrários” (ADSA) que foi desenvolvido pela cátedra de Agricultura Comparada e Desenvolvimento do Instituto Nacional Agrônômico de Paris-Grignon.

Para realizar este tipo de análise o pesquisador deve priorizar o contato direto com a realidade para compreender o que se propõe a estudar (BASSO, 2012). Cada nível de estudo deve ser analisado separado e progressivamente por meio de observações e falas de indivíduos selecionados *a priori*, de forma que sejam respondidas as questões mais relevantes de cada etapa. Quando as principais questões de cada nível forem respondidas deve então ser realizada uma síntese daquele nível, procurando identificar as questões pertinentes para o próximo nível. O foco deve ser dado às informações com maior poder de explicação, de modo que se tenha maior poder explicativo do objeto de estudo (SILVA NETO, 2007).

A abordagem utilizada nas pesquisas de ASD parte de níveis mais gerais para particulares por meio de sistematizações, novas hipóteses, encontrando elementos explicativos que auxiliem a compreender o fenômeno como um todo a partir dos

relacionamentos estabelecidos nas e entre as partes. A cada nível executado realizou-se uma síntese que permitiu compreensão e aproximação da melhor explicação para o objeto estudado, enquanto totalidade. A utilização destes procedimentos teve como função atingir o objetivo de compreender a percepção dos atores sociais das escolas públicas de Passo Fundo sobre a alimentação recebida pelo PNAE a partir da Lei nº 11.947/2009.

## O PNAE nas escolas públicas de Passo Fundo

O município de Passo Fundo foi fundado em 07/08/1857 a partir de desmembramento do município de Cruz Alta (IBGE, s/d) e localiza-se no norte do Estado do Rio Grande do Sul (RS). É uma cidade de porte médio, com uma população estimada para 2017 em 198.799 habitantes e uma área de 783,421 km<sup>2</sup> (IBGE, 2017). Este município integra o Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE)<sup>2</sup> Produção que congrega 21 municípios, totalizando 358.923 habitantes (FEE, 2017), sendo Passo Fundo o principal centro urbano deste Corede.

Na Figura 2 apresenta-se o mapa do Rio Grande do Sul, com a localização de Passo Fundo sinalizada na cor laranja.

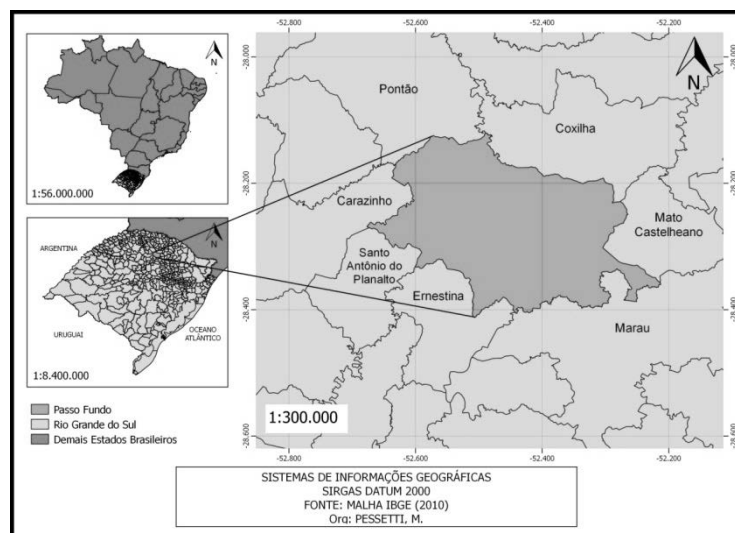


Figura 2 – Localização geográfica de Passo Fundo, RS

Fonte: IBGE, 2010.

Em 2015 Passo Fundo possuía um Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*

<sup>2</sup> Os COREDEs foram institucionalizados a partir da Lei nº 10.283 de 17/10/1994 e se constituem em um fórum de discussão para a promoção de políticas que promovam o desenvolvimento regional. Atualmente o RS conta com 28 COREDEs e a cidade de Passo Fundo integra o COREDE Produção (ATLAS SOCIOECONOMICO RS, 2017).

de R\$ 39.737,73 (IBGE, 2017), acima da média do Rio Grande do Sul, que era de R\$ 33.960,36 no mesmo ano (FEE, 2017). A economia do município é relativamente diversificada e apresenta um perfil mais voltado às atividades industriais e de serviços. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) calculado para o ano de 2010 para Passo Fundo foi de 0,776, situado na faixa de IDHM alto (IBGE, 2017).

Em relação à situação domiciliar da população de Passo Fundo, os dados disponíveis são de 2010 e indicam que, naquele ano, 180.120 pessoas residiam em zona urbana e 4.706 na zona rural, perfazendo o total de 184.826 habitantes (IBGE, 2017). Isso significa que apenas 2,5% da população do município residia no meio rural em 2010, indicando claramente o predomínio de um perfil de estabelecimentos agropecuários de média e grande escala.

No município de Passo Fundo, o setor educacional público é composto por 39 escolas estaduais e 70 escolas municipais. As escolas estaduais estão sob responsabilidade da 7ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE) do Rio Grande do Sul e as escolas municipais estão subordinadas à Secretaria Municipal de Educação de Passo Fundo, sob a responsabilidade da Coordenadoria de Nutrição Escolar (CNE). O número de alunos matriculados na rede pública de Passo Fundo em 2017 e que são atendidos pelo PNAE está distribuído conforme o Quadro 3.

	Matrícula Inicial									
	Ensino Regular								Educação de Jovens e Adultos-EJA (Fundamental e Médio)	Atendimento Educacional Especializado - AEE
	Educação Infantil				Ensino Fundamental		Médio			
	Creche		Pré-Escola							
	Parcial	Integral	Parcial	Integral						
	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral		
Municipal	1973	191	2878	116	9.736	248	-	-	290	498
estadual	-	-	-	-	9.404	166	5.632	238	1.315	326
Total	1973	191	2878	116	19.410	414	5.632	238	1.605	824

Quadro 3 – Alunado da rede pública de Passo Fundo beneficiários do PNAE, 2017.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do FNDE (2017b).

Conforme observa-se no Quadro 3, o maior número de alunos por ação do PNAE nas escolas públicas de Passo Fundo concentra-se na modalidade do ensino fundamental. Estima-se que sejam atendidos diariamente pelo PNAE, em Passo Fundo, aproximadamente 33.281 alunos distribuídos em 39 escolas estaduais e 70 escolas municipais. Além destes, também recebem recursos financeiros do FNDE oito entidades filantrópicas para atender em torno de 2.085 alunos.

## O PNAE e os atores sociais da alimentação escolar local

O PNAE destina-se aos alunos de toda a educação básica matriculados em escolas públicas, filantrópicas e entidades comunitárias conveniadas com o poder público, beneficiando milhões de estudantes brasileiros (FNDE, 2016a). São considerados escolares as crianças a partir de seis anos e adolescente até 19 anos de idade. O ensino fundamental abrange do 1º ao 9º ano, e os alunos dessas fases situam-se na faixa etária de seis a 14 anos; o ensino médio possui três anos e, em geral, é frequentado por alunos entre 15 a 17 anos (BORGES; FELDENHEIMER DA SILVA, 2016). Os alunos matriculados na educação infantil pública, na faixa etária de zero a seis anos de idade e que frequentam as creches e pré-escolas, também recebem alimentação escolar (GUEDES DE VASCONCELOS *et al.*, 2012).

As observações na pesquisa de campo permitiram constatar que as escolas públicas de Passo Fundo, localizadas em bairros e regiões periféricas, agregam alunos em condições socioeconômicas de maior vulnerabilidade e para os quais a alimentação escolar exerce a função de principal fonte de alimentação. Para os gestores destas escolas, a alimentação escolar é considerada como condição determinante para a permanência dessas crianças e jovens nas escolas. Para Maluf (2009), a alimentação escolar possui um papel fundamental para que um número expressivo da população em situação de vulnerabilidade tenha acesso aos alimentos.

Nas escolas localizadas na região central do município de Passo Fundo encontra-se uma realidade um pouco diferente e, para a maioria dos gestores destas escolas, a alimentação escolar não é vista como determinante para a permanência dos alunos na escola, exceto em alguns casos.

Nas escolas estaduais de Passo Fundo identificou-se que a qualidade de alimentação oferecida não é a mesma que nas escolas municipais. As escolas estaduais recebem recursos apenas do FNDE com uma pequena contrapartida do Estado em algumas modalidades de ensino, resultando em uma média de R\$ 0,32 a R\$ 0,36/aluno por dia letivo. As escolas municipais, além dos recursos do FNDE, também recebem recursos financeiros da Prefeitura Municipal de Passo Fundo e esta complementação possibilita qualificar a alimentação oferecida por estas escolas.

Nas entrevistas realizadas com os alunos nas escolas estaduais e municipais, constatou-se evidentes diferenças nas percepções dos mesmos sobre a alimentação recebida na escola. Associa-se as diferenças, principalmente, à forma de gestão do Programa. Na rede municipal, a gestão é centralizada e fica clara a organização por parte da CNE, as iniciativas de educação alimentar nas escolas e neste âmbito os

resultados são percebidos de forma homogênea nas escolas. Nas escolas estaduais, a gestão é descentralizada, cada escola apresenta uma realidade, os recursos são menores e existem muitas dificuldades na execução do Programa.

A maioria das escolas estaduais possuem cantinas ou bares, com oferta de alimentos como: frituras, refrigerantes, doces, salgadinhos. São poucas as escolas que não possuem cantinas, o que influencia na adesão dos alunos à alimentação escolar. Pelas entrevistas com os alunos identificou-se que, em média, eles fazem as refeições três vezes por semana na escola, muitos levam lanche de casa ou adquirem nas cantinas.

Dentre as escolas estaduais que participaram da pesquisa de campo apenas uma não possuía refeitório e adquiria alimentos prontos para servir. Apesar de oferecer frutas aos alunos em alguns dias na semana, esta escola inclui muitos produtos industrializados e não existe um espaço próprio para fazer a refeição, sendo a mesma feita nos corredores ou no pátio. Destaca-se alguns trechos das entrevistas com os alunos desta escola quando questionados sobre sua percepção em relação aos alimentos que a escola oferece.

Deveria ter mais variedade, pois têm semanas que todos os dias são oferecidas bolachas (Luisa<sup>3</sup>, aluna de escola estadual).

Maior diversidade de alimento, não várias opções por dia, mas que não sejam iguais todas as semanas, sem repetir toda segunda-feira a mesma coisa (João, aluno de escola estadual).

Após, perguntou-se aos alunos que tipos de alimentos eram oferecidos pela escola. Foram selecionados alguns trechos das respostas, dentre os quais destacam-se: Pão-de-queijo, suco, toddynho e barrinha de cereal (Luisa, aluna de escola estadual); Barrinha de cereal, pão de queijo e suco (João, aluno de escola estadual); Frutas e barrinhas de cereais (Paulo, aluno de escola estadual).

Neste caso, percebe-se que para esses alunos tal realidade é aceita e não é muito questionada, mas levando em consideração as diretrizes do PNAE, tais como oferecer uma alimentação saudável e adequada, educação alimentar e nutricional, as mesmas não são seguidas. Em Passo Fundo existem três escolas com estas mesmas características, que não possuem refeitório e os alimentos são oferecidos em forma de lanche. Dessas, uma escola oferece apenas a modalidade de educação profissional e a outra apenas ensino médio.

De maneira geral, e com exceção das escolas já citadas que não possuem refeitório, os alunos das escolas estaduais valorizam o momento da alimentação

---

<sup>3</sup> Lembrando que os nomes dos entrevistados foram alterados para preservar suas identidades.

escolar e também os alimentos oferecidos neste ambiente. Nas escolas localizadas em regiões mais periféricas e com alunos em situação de vulnerabilidade, a alimentação escolar tem um caráter mais assistencial, a adesão dos alunos é maior e a preferência é por refeições mais elaboradas, do tipo arroz, feijão, carnes, macarrão, risoto e saladas. Nas escolas que possuem aulas no turno da noite existe um consenso tanto entre diretoras, professoras, merendeiras e alunos sobre a preferência por refeições mais elaboradas, como as já citadas. Os alunos que frequentam o turno da noite geralmente trabalham durante o dia e, para esses, a alimentação escolar é bastante importante, pois eles chegam cansados e com fome e a oportunidade de fazer a alimentação na escola influencia na concentração e no aprendizado. Nas demais escolas, para os alunos do turno diurno, a preferência é por alimentos como sucrilhos com leite, sanduíches, cucas, frutas e refeições mais leves.

Tendo em vista as manifestações dos alunos nas entrevistas e suas preferências alimentares, os cardápios deveriam levar em consideração principalmente o turno, pois muitas vezes é servida uma refeição como arroz, feijão, carne e salada no turno da tarde, por volta das 15 horas, podendo diminuir a adesão dos alunos aos alimentos oferecidos. Estas adequações dos cardápios também foram relatadas pelas direções das escolas estaduais, para as quais deveriam ser elaborados pelas escolas, levando em consideração cada realidade.

Embora a Lei nº 11.947 seja de 2009 e a articulação no município de Passo Fundo tenha iniciado com maior ênfase a partir de 2014, com a organização da comercialização (LOPES, 2018), as escolas estaduais ainda precisam desenvolver metodologias que envolvam não apenas os alunos, mas também as famílias, os professores e a comunidade em geral buscando criar hábitos alimentares saudáveis e consolidar os bons hábitos já existentes.

Para Maluf (2007), o acesso das famílias aos alimentos e às políticas públicas oportuniza uma melhoria na condição alimentar. Nesse sentido, o PNAE é considerado como um instrumento capaz de melhorar os hábitos alimentares na escola e de também consolidar estes hábitos para as futuras gerações (TRICHES; TEO, 2016). Não existe um trabalho de educação alimentar sendo desenvolvido nas escolas estaduais de Passo Fundo. Algumas possuem hortas e contam com a participação dos alunos em determinadas atividades, mas ainda são poucas, considerando-se as 39 escolas estaduais existentes no município.

Conforme Szinwelski e Téo (2016, p. 231), a escola tem como objetivo principal “criar oportunidades de aprendizagem significativa”. Neste sentido, a temática da alimentação pode ser abordada em diferentes disciplinas, como os diferentes costumes alimentares dos povos, que poderiam ser relacionados com

disciplinas de história ou geografia.

No caso da rede escolar municipal, os recursos financeiros recebidos do FNDE são ampliados com a contrapartida da Prefeitura Municipal e esta realidade possibilita adquirir alimentos de qualidade superior aos seus alunos, em comparação às escolas estaduais. A rede municipal de ensino de Passo Fundo concentra os alunos da educação infantil, ensino fundamental e de oito escolas filantrópicas. Tais alunos situam-se na faixa etária de seis meses a 14 anos de idade. Nas escolas municipais, os alunos fazem as refeições oferecidas quase todos os dias e, se comparada à adesão da alimentação das escolas estaduais, nas escolas municipais esta é maior.

Ao observar os alunos no momento da refeição nessas escolas, percebe-se organização, satisfação e valorização desse momento. Nas escolas de educação infantil, as professoras, diretoras e merendeiras incentivam o desenvolvimento de hábitos alimentares mais saudáveis e percebe-se, pela fala dos alunos, que vem sendo desenvolvido um trabalho com vistas a uma alimentação saudável, com estímulo a bons hábitos alimentares. Mesmo os alunos de três a quatro anos mencionam a importância de comer frutas e verduras e de que comer aquele alimento que “pinta a língua” (beterraba), como eles mesmos falam, é bom para a saúde. As escolas municipais de ensino fundamental também desenvolvem iniciativas de educação alimentar. As hortas escolares constituem-se em importantes instrumentos de aproximação dos alunos com a natureza, com o processo de produção de alimentos e de incentivo a uma alimentação mais natural e saudável. Tanto nas escolas de educação infantil quanto nas de ensino fundamental são utilizados espaços com esta finalidade e envolvendo a participação dos alunos.

O trabalho de organização desenvolvido pela CNE com seus parceiros (Emater, Conselho Municipal de Segurança Alimentar – Comsea, Conselho de Alimentação Escolar – Cae) é observado tanto no discurso das diretoras das escolas, quanto nas entrevistas com os alunos. Por parte das direções, é feita uma relação de alimentos de qualidade com fornecedores da agricultura familiar e, além da qualidade, sobre a importância de fomentar um mercado para esta categoria social.

Em relação às refeições oferecidas nas escolas municipais, em geral, tanto as diretoras de escolas quanto as merendeiras declaram dificuldades de aceitação de frutas e verduras por alguns alunos, mas percebem que são hábitos alimentares oriundos do ambiente familiar. A escola enquanto instituição procura estimular bons hábitos alimentares, explicando a importância de uma alimentação mais saudável, realizando atividades com alimentos e também inserindo novos alimentos. A fala da diretora de uma das escolas onde foi realizada a pesquisa de campo evidencia a preocupação da escola com a alimentação dos alunos:

Existe um trabalho persistente, permanente para fazer as crianças comerem uma variedade maior de alimentação, porque eles vêm com uma educação alimentar muito restrita, arroz com feijão... feijão com arroz... ou nada. Comer uma verdura, comer um legume, comer uma fruta, existe bastante dificuldade, sim; é feito um trabalho permanente de educação alimentar pela escola, enfatizando esse olhar da alimentação saudável (Maria, diretora da escola Margarida).

Para os alunos que chegam ainda bebês na escola (a partir dos seis meses, no caso das creches), as entrevistadas percebem que a aceitação de uma maior variedade de frutas e verduras é maior do que para os alunos que entram na escola com mais de quatro anos. A introdução de novos alimentos no cardápio somente ocorre depois de serem realizados previamente testes de aceitabilidade junto aos alunos.

Esta seção procurou apresentar a percepção dos atores sociais das escolas públicas de Passo Fundo sobre a alimentação recebida nas escolas. Nas escolas estaduais existem muitas dificuldades na operacionalização do PNAE e a principal delas é o escasso recurso para a compra de gêneros alimentícios e as dificuldades enfrentadas refletem na alimentação oferecida aos alunos e na percepção dos mesmos. Não existe nenhum projeto de educação alimentar sendo desenvolvido. Algumas, isoladamente, realizam atividades que incentivam o consumo de alimentos saudáveis e mantêm hortas escolares com a participação dos alunos. Outras contam com doações de gêneros alimentícios e estas ações possibilitam melhores resultados, fazendo com que cheguem até os alunos refeições mais completas, diversificadas e saudáveis. Mas ainda são poucas, quando considerada a totalidade das escolas.

O elevado índice de cantinas ou bares nas escolas estaduais também contribui para uma menor adesão à alimentação oferecida na escola. Os alunos valorizam a alimentação escolar, a aceitabilidade em relação aos alimentos oferecidos é boa, porém não existe uma conscientização sobre a importância de uma alimentação saudável.

No caso das escolas municipais, a alimentação escolar é bastante valorizada pelos alunos, são oferecidos alimentos variados e existe um trabalho de educação alimentar sendo desenvolvido de forma a contemplar não apenas os alunos, mas também que a conscientização de uma alimentação saudável perpassasse suas famílias. O número reduzido de cantinas ou bares nas escolas municipais também contribui para uma maior adesão aos alimentos oferecidos pela escola.



## Considerações finais

O objetivo principal neste estudo foi discorrer sobre a percepção dos atores sociais das escolas públicas de Passo Fundo acerca da alimentação recebida no ambiente escolar, no âmbito do PNAE.

O PNAE, no decorrer de sua trajetória, passou por diversas mudanças, sendo que, com a Lei nº 11.947/2009, foi possível introduzir o agricultor familiar enquanto fornecedor da alimentação escolar e contribuir para a construção de mercados pautados nos conceitos de SAN.

No município de Passo Fundo as escolas estaduais realizam a gestão de recursos de forma descentralizada ou escolarizada, onde cada escola (Unidade Executora - UEx) realiza as compras de forma individual. Os recursos utilizados para esta finalidade têm origem apenas no FNDE, com uma contrapartida pequena ou inexistente por parte do Estado. Nas escolas municipais a gestão é centralizada, onde a prefeitura municipal realiza as compras para todas as escolas e a origem dos recursos utilizados para este fim possui origem no FNDE, com uma contrapartida financeira da prefeitura municipal, o que permite qualificar as refeições oferecidas aos escolares e também permite uma maior organização por parte do órgão gestor do programa.

Na pesquisa de campo observou-se significativas diferenças a partir dos relatos dos atores sociais das escolas estaduais em comparação aos das escolas municipais. Acredita-se que estas diferenças estão associadas às formas de gestão do PNAE nas duas redes de escolas públicas neste município.

Nas escolas estaduais identificou-se um número significativo de bares e cantinas, com a comercialização de produtos industrializados, frituras e alimentos que se contrapõem às diretrizes do PNAE. Além disso, não existe um trabalho de educação alimentar sendo desenvolvido nestas escolas e poucas possuem hortas escolares, considerando um universo de 39 escolas estaduais neste município. Nas entrevistas realizadas em escolas localizadas na região central do município vários alunos destacaram que os alimentos deveriam ser mais variados e também foi possível identificar a utilização de alimentos processados e industrializados. As escolas estaduais localizadas em regiões mais periféricas agregam alunos em maiores condições de vulnerabilidade e a alimentação oferecida pelas escolas possui um papel importante, em alguns casos sendo a principal refeição realizada pelos alunos e, nestes casos, sendo muito valorizada pelos mesmos.

Uma realidade diferente das escolas estaduais foi verificada nas escolas municipais de Passo Fundo. Neste âmbito, poucas escolas possuem bares ou

cantinas, existe um trabalho de educação alimentar sendo desenvolvido nas escolas, buscando conscientizar alunos e famílias sobre a importância de uma alimentação saudável e com base em uma maior proporção de alimentos provenientes da agricultura familiar. A percepção dos alunos sobre a alimentação recebida nas escolas reflete a organização observada por parte dos gestores deste programa na prefeitura municipal e ao nível das escolas.

Considera-se que as escolas estaduais deveriam criar projetos de educação alimentar integrando os alunos, as famílias, os professores e a comunidade em geral, buscando desenvolver hábitos alimentares saudáveis e consolidar os já existentes. Do lado das escolas municipais, o trabalho de organização desenvolvido pela CNE com seus parceiros é observado tanto no discurso das diretoras das escolas, quanto nas entrevistas com os alunos.

Este estudo contribui para a literatura evidenciando a realidade das escolas públicas de Passo Fundo, um município com mais de 33.000 alunos que recebem diariamente refeições escolares, a partir da percepção destes usuários do PNAE.

## Referências

ATLAS SOCIOECONÔMICO RS. *Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul*. Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDEs. Disponível em: <http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/conselhos-regionais-de-desenvolvimentocoredes>. Acesso em: 02 jun. 2017.

BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira M. Bagatin. Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 10, 2011, Curitiba. *Anais eletrônicos [...]*. Curitiba: PUC, 2011. Disponível em: [http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4398\\_2342.pdf](http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4398_2342.pdf). Acesso em: 04 nov. 2016.

BASSO, David. Fundamentos teóricos e procedimentos metodológicos para a análise de processos reais de desenvolvimento. In: SIEDENBERG, Dieter Rugard (Org.). *Desenvolvimento sob múltiplos olhares*. Ijuí: Unijuí, 2012, p. 101-137.

BHASKAR, R. *A realist theory of Science*. London and New York: Routledge, 2008.

BRASIL. *Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009*. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do programa dinheiro direto na escola aos alunos da educação básica, altera a lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Diário Oficial [da] União. 2009.

BORGES, Camila Aparecida; FELDENHEIMER DA SILVA, Ana Carolina. A tendência temporal de sobrepeso e obesidade e do padrão alimentar entre crianças e adolescentes em idade escolar no Brasil. In: TEO, Carla Rosane Paz Arruda; TRICHES, Rozane Marcia (Org.). *Alimentação escolar: construindo interfaces entre saúde, educação e desenvolvimento*. Chapecó: Unochapecó, 2016, p. 203-221.

BUENO, Noeli Pires; LOURENZANI, Ana Elisa Bressa Smith; PEREIRA, Mara Elena Bereta de Godoi. Impactos socioeconômicos do Programa Nacional de Alimentação Escolar: um estudo de caso no Estado de São Paulo/Brasil. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 53, 2015, João Pessoa. *Anais eletrônicos [...]*. João Pessoa: UFPB, 2015. Disponível em: <http://icongresso.itarget.com.br/tra/arquivos/ser.5/1/4917.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2016

DELGADO, Lucila de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente e ensino de História. *Revista História Hoje*, v. 2, n. 4, p. 19-34, 2013.

DUFUMIER, Marc. *Projetos de desenvolvimento agrícola: manual para especialistas*. Salvador: EDUFBA, 2007.

FAO; OPAS. Organización de las Naciones Unidas para La Alimentación y La Agricultura; Organización Panamericana de La Salud. América Latina y el Caribe. *Panorama de la seguridad alimentaria y nutricional*. Sistemas alimentarios sostenibles para poner fin al hambre y la malnutrición. Santiago, 2017.

FEE. Fundação de Economia e Estatística. *Perfil Socioeconômico*. Corede Produção. Municípios do Corede em 2015. Disponível em: <https://www.fee.rs.gov.br/perfilsocioeconomico/coredes/detalhe/?corede=Produ%E7%E3o>. Acesso em: 20 mai. 2017.

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Resolução CD/FNDE nº 26 de 17 de junho de 2013*. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do PNAE. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 14 jun. 2013.

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Cartilha Nacional da Alimentação Escolar*. Brasília: 2015.

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Programa Nacional de Alimentação Escolar*. Histórico. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-historico>. Acesso em: 17 nov. 2016a.

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar*. 2ª edição – versão atualizada com a

Resolução CD/FNDE nº 04/2015. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/centrais-de-conteudos/publicacoes/category/116-alimentacaoescolar?download=9815:pnae-manual-aquisicao-de-produtos-da-agricultura-familiar-para-aalimentacao-escolar-2-edicao>. Acesso em: 01 dez. 2016b.

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Resolução CD/FNDE nº 01 de 08 de fevereiro de 2017*. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes>. Acesso em: 17 mar. 2017a.

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Alunado por ação do Programa Nacional de Alimentação Escolar*. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/pnaeweb/publico/relatorioDelegacaoEstadual.do>. Acesso em: 20 dez. 2017b.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2016.

GUEDES DE VASCONCELOS, Francisco de Assis; *et al.* *O papel do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)*. Brasília: PNAE: CECANE-SC, 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Passo Fundo*. Rio Grande do Sul – RS. Histórico. IBGE, s/d. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riograndedosul/passofundo.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Bases e referenciais*. Bases cartográficas. Mapas municipais. Disponível em: [ftp://geoftp.ibge.gov.br/cartas\\_e\\_mapas/mapas\\_para\\_fins\\_de\\_levantamentos\\_estatisticos/censo\\_demografico\\_2010/mapas\\_municipais\\_estatisticos/rs/passofundo\\_v2.pdf](ftp://geoftp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_para_fins_de_levantamentos_estatisticos/censo_demografico_2010/mapas_municipais_estatisticos/rs/passofundo_v2.pdf). Acesso em: 10 out. 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *IBGE cidades*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/rs/passofundo/panorama>. Acesso em: 07 jun. 2017.

LOPES, Indaia Dias. Análise da operacionalização do Programa Nacional de Alimentação Escolar em escolas públicas de Passo Fundo - RS. 2018. 151f. *Dissertação* (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí.

MALUF, Renato Sérgio Jamil. *Segurança alimentar e nutricional*. Petrópolis: Vozes, 2007.

MALUF, Renato Sérgio Jamil. A política de abastecimento, a soberania e a segurança alimentar e nutricional. In: CONAB. *Agricultura e abastecimento alimentar: políticas públicas e mercado agrícola*. Brasília: CONAB, 2009, p. 109-120.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. *História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea*. [Tradução de Cláudia Ferreira]. São Paulo: UNESP; Brasília: NEAD, 2010.

ONUBR. Organização das Nações Unidas no Brasil. Merenda escolar alimenta 386 milhões de crianças em todo o mundo, destaca levantamento do PMA. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/merenda-escolar-alimenta-386-milhoes-de-criancas-em-todo-omundo-destaca-levantamento-do-pma>. Acesso em: 03 nov. 2016a.

ONUBR. Organização das Nações Unidas no Brasil. *Em data especial, África celebra alimentação escolar como estratégia de desenvolvimento*. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/em-data-especial-africa-celebra-alimentacao-escolar-comoestrategia-de-desenvolvimento>. Acesso em: 03 nov. 2016b.

PAULL, Rita Inêz Paetzhold; *et al.*; Desenvolvimento agrícola e segurança alimentar em programas de alimentação escolar: os casos do PNAE (Brasil) e GSFP (Gana). In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 55, 2017, Santa Maria. *Anais eletrônicos [...]*. Santa Maria: UFSM, 2017. Disponível em: <http://icongresso.itarget.com.br/tra/arquivos/ser.7/1/7671.pdf>. Acesso em: 10 set. 2017.

PEIXINHO, Albaneide; *et al.* Alimentação escolar no Brasil e nos Estados Unidos. *O mundo da saúde*, v. 35, n. 2, p. 128-136, 2011.

PEIXINHO, Albaneide. Prefácio. In: TEO, Carla Rosane Paz Arruda; TRICHES, Rozane Marcia (Org.). *Alimentação escolar: construindo interfaces entre saúde, educação e desenvolvimento*. Chapecó: Unochapecó, 2016, p. 9-14.

SILVA NETO, Benedito. Análise diagnóstico de sistemas agrários: uma interpretação baseada na Teoria da Complexidade e no Realismo Crítico. *Desenvolvimento em Questão*, v. 5, n. 9, p. 33-58, jan./jun. 2007.

SILVA NETO, Benedito; BASSO, David (Org.). *Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul: Análise e recomendações de políticas*. 2. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2015.

SILVA NETO, Benedito. *Agroecologia e análise econômica de sistemas de produção: uma abordagem baseada no materialismo histórico e dialético*. Cerro Largo: UFFS, 2016.

SOUZA-ESQUERDO, Vanilde Ferreira de; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; ANDRADE, Fernando Rabello Paes de. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de Atibaia-SP: aquisição de produtos orgânicos para a merenda escolar. *Retratos de Assentamentos*, v. 17, n. 2, p. 279-290, 2014.

SZINWELSKI, Nádia Kunkel; TEO, Carla Rosane Paz Arruda. O ambiente alimentar escolar: desafios e possibilidades. In: TEO, Carla Rosane Paz Arruda; TRICHES, Rozane Marcia (Org.). *Alimentação escolar: construindo interfaces entre saúde, educação e desenvolvimento*. Chapecó: Unochapecó, 2016, p. 223-244.

TRICHES, Rozane Marcia. Repensando o mercado da alimentação escolar: novas institucionalidades para o meio rural. In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio (Org.). *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, 2015, p. 161-200.

TRICHES, Rozane Marcia; KILIAN, Leidi. Papel dos atores sociais na aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar em municípios paranaenses. *Redes*, v. 21, n. 3, p. 159-179, set./dez., 2016.

TRICHES, Rozane Marcia; TEO, Carla Rosane Paz Arruda. Alimentação escolar no Brasil: ampliando perspectivas e construindo interfaces ao longo de sua trajetória histórica. In: TEO, Carla Rosane Paz Arruda; TRICHES, Rozane Marcia (Org.). *Alimentação escolar: construindo interfaces entre saúde, educação e desenvolvimento*. Chapecó: Unochapecó, 2016, p. 15-32.

TCU. Tribunal de Contas da União. *Cartilha para conselheiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)*. Brasília: TCU, 2017.

***Artigo recebido em 17/11/2019, aprovado em 24/11/2019.***